

01. Assinale a assertiva CORRETA.

- A) Por estabelecer normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, a Lei 8.666/93 não se aplica às sociedades de economia mista.
- B) Os Estados e o Distrito Federal, em decorrência da autonomia assegurada pela Constituição Federal, ao editar suas leis específicas, podem ir de encontro à Lei 8.666/93.
- C) A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.
- D) O julgamento da licitação, desde que previsto em Edital, e em decorrência do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pode ser subjetivo.
- E) As assertivas acima não estão corretas.

02. A Lei 8.666/93 NÃO permite

- A) a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo, exceto, se o instrumento convocatório fizer a devida ressalva.
- B) a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável.
- C) que seja computada como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento.
- D) o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica.
- E) a participação, direta ou indireta, do autor do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, na execução de obra, exceto como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

03. Conforme a Lei 8.666/93, assinale a assertiva CORRETA.

- A) No Convite, a Administração escolherá e convidará o mínimo de 3 (três) interessados, previamente cadastrados ou não, fixando em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas da apresentação das propostas.
- B) As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala, preservando-se, contudo, a modalidade do todo.
- C) É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda, para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, inclusive para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.
- D) A dispensa de licitação é uma modalidade de licitação utilizada, principalmente, nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- E) A inexigibilidade de licitação é uma modalidade de licitação utilizada, principalmente, para a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

04. Conforme a Lei 8.666/93, é INCORRETO afirmar.

- A) A prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.
- B) Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, um contrato poderá ter o prazo de vigência indeterminado, não excedendo, porém, o período da gestão administrativa.
- C) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de fiscalizar-lhes a execução e aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- D) Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, por acordo entre as partes, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.
- E) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

05. Conforme a Lei 8.666/93, é CORRETO afirmar.

- A) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, desde que se comprove haver repercussão superior a 10% (dez por cento) nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- B) A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, caracterizam alteração deste, devendo-se efetuar a celebração de aditamento.
- C) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, não sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo.
- D) O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- E) O recebimento provisório ou definitivo exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

06. Em relação ao planejamento do tempo de execução de uma obra (ou serviço de engenharia), é CORRETO afirmar que

- A) o cronograma de barras demonstra com clareza a interdependência das atividades, sendo, portanto, amplamente empregado na representação de cronogramas de mão-de-obra, de materiais e de equipamentos.
- B) a utilização de histogramas não facilita a visualização da distribuição de um recurso ao longo do tempo de sua utilização, sendo melhor a utilização das barras.
- C) a curva S não é elaborada em função do tempo e, sim, unicamente pelos valores dos recursos acumulados.
- D) para se elaborar um cronograma, é necessário relacionar as atividades.
- E) o cronograma de barras não pode ser confundido com o gráfico de “Gantt”, técnica utilizada nos cronogramas em redes.

07. Em relação ao cálculo do percentual dos encargos sociais referentes aos custos com mão-de-obra, é CORRETO afirmar que NÃO dependem da(do)

- A) rotatividade dos operários, entendendo-se como rotatividade o tempo médio de permanência dos operários na obra.
- B) percentual dos operários que cumprem o aviso prévio trabalhando.
- C) percentual dos operários que gozam o período de férias.
- D) percentual dos operários que se acidentam no trabalho, com afastamento.
- E) valor por hora pago ao operário.

08. Não se considera(m), comumente, para o cálculo dos encargos correspondentes ao grupo dos “encargos sociais básicos”, a(as) contribuição(ões)

- A) para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS.
- B) parafiscais (por exemplo: Sesi, Senai, Sebrae).
- C) para o salário-educação.
- D) para o Programa de Integração Social-PIS.
- E) para o seguro contra os riscos de acidentes do trabalho.

09. Identifique o que NÃO pode ser afirmado em relação às diferenças existentes entre os percentuais calculados para os encargos sociais de “mensalistas” e de “horistas”.

- A) Não há diferenças. É tão-somente uma questão de uso de terminologias distintas.
- B) A denominação “horista” é referente ao percentual de encargos que é aplicado sobre o valor-hora a ser pago ao operário; os encargos são calculados sobre as horas efetivamente trabalhadas.
- C) A denominação “mensalista” é referente ao percentual de encargos que é aplicado sobre o valor-mês a ser pago ao operário (o percentual incide sobre a folha de pagamento), ou seja, para o cálculo dos encargos, devem ser verificadas as regras contratuais para se identificar a que parte contratual cabe assumir o pagamento de horas não trabalhadas. Corriqueiramente, o contratante assume repouso remunerado, feriados e dias não produtivos (exemplo: chuva, acidentes), já que tais dias estão inclusos no salário mensal a ser pago.
- D) Torna-se mais apropriada a denominação de encargos sobre trabalho produtivo para os encargos de “horistas”.
- E) Torna-se mais apropriada a denominação de encargos sobre folha de pagamento para os encargos de “mensalistas”.

10. Qual, dentre as entidades públicas abaixo discriminadas, não possui tabela própria de preços de referência para serviços de construção civil?

- A) Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana - Emlurb/Recife.
- B) Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa.
- C) Departamento de Estradas de Rodagens - DER/PE.
- D) Empresa de Urbanização do Recife - URB.
- E) Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

11. Em relação aos “custos” de uma obra, NÃO é correto afirmar.

- A) Os “custos diretos” são corriqueiramente apropriados sob elaboração de composição de custos unitários.
- B) Os custos não agregados ao produto são corriqueiramente classificados como “custos diretos”.
- C) São denominados de “custos fixos” aqueles que não variam para uma determinada faixa de volume de produção.
- D) O consumo de material depende de sua qualidade, do transporte e da estocagem, das técnicas construtivas utilizadas e da qualificação da mão-de-obra.
- E) O preço de um insumo depende da qualidade do material, das condições de mercado, da quantidade adquirida, do prazo de pagamento.

12. Calcule, pelo método linear (quando se tem uma variação uniforme com a vida útil e, ao término desta, um valor residual), a depreciação horária (R\$ / hora) de um equipamento que foi comprado por R\$ 100.000,00, tem uma vida útil estimada em 10 anos, para um valor residual estimado em 10% (dez por cento) do valor de aquisição e trabalha, em média, 250 horas por mês:

- A) R\$ 3,00 por hora.
- B) R\$ 36,00 por hora.
- C) R\$ 3,60 por hora.
- D) não se utiliza o método linear para calcular depreciação de equipamentos.
- E) não há dados suficientes para o cálculo.

13. Um engenheiro-orçamentista concluiu o levantamento de custos de um projeto, faltando calcular os tributos que incidem sobre o valor a ser faturado. Foi informado pelo departamento competente da empresa que os referidos tributos perfazem 10% (dez por cento). Calcule o valor da proposta, sabendo que os custos foram apropriados em R\$ 900.000,00.

- A) R\$ 990.000,00.
- B) R\$ 1.000.000,00.
- C) R\$ 1.090.000,00.
- D) R\$ 1.100.000,00.
- E) Sem o BDI, não há como se efetuar o cálculo.

14. Um engenheiro-orçamentista estimou os custos diretos de uma obra em R\$ 800.000,00. Ao apresentar o orçamento aos dirigentes da empresa, estes informaram: a pretensão é a de ter um lucro de R\$ 50.000,00; os custos indiretos empresariais perfazem, em média, 6,25% (seis e vinte e cinco centésimos por cento) do custo direto; os tributos incidentes sobre o valor a ser faturado é de 10% (dez por cento). Calcule o valor da proposta.

- A) R\$ 988.125,00.
- B) R\$ 990.000,00.
- C) R\$ 1.000.000,00.
- D) R\$ 1.014.925,37;
- E) Sem o BDI, não há como se efetuar o cálculo.

15. As “patologias” de revestimento em placas cerâmicas são evidenciadas por sinais. Sobre isso, assinale a assertiva INCORRETA.

- A) Destacamentos: são caracterizados pela perda de aderência das placas em relação ao substrato ou à argamassa colante. Detecta-se, corriqueiramente, pela ocorrência de um som “oco” nas placas, quando percutidas.
- B) Trincas, gretamento e fissuras: aparecem em decorrência da perda de integridade da superfície da placa cerâmica, que pode ser limitada a um defeito estético ou pode evoluir para um destacamento.
- C) Eflorescências: surgimento, na superfície da placa, de depósitos cristalinos de cor esbranquiçada, comprometendo a aparência do revestimento. A limpeza do revestimento com ácido muriático é o único procedimento adotado para se resolver o problema.
- D) Deterioração das juntas: ocorre pela perda de estanqueidade e/ou pelo envelhecimento do material de preenchimento.
- E) Dilatação e retração das placas cerâmicas, deformação estrutural excessiva, ausência de detalhes construtivos (vergas, contravergas, juntas de movimentação) e retração da argamassa de fixação são causas de “patologias”.

16. Em relação ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS, assinale a assertiva CORRETA.

- A) A Lei Complementar 116/2003 definiu a alíquota máxima de 5% (cinco por cento), e a mínima, de 1% (um por cento).
- B) É um tributo de competência estadual, havendo variações de alíquota e de base de cálculo, conforme o estado da federação.
- C) Para os serviços de “execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos”, segundo a Lei Complementar 116/2003, o imposto é devido no local da prestação do serviço.
- D) Para os serviços de “reparação, conservação e reforma de edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres”, segundo a Lei Complementar 116/2003, o imposto é devido no local do estabelecimento prestador do serviço.
- E) Todas as assertivas são falsas.

17. Em relação ao cálculo de tributos, é CORRETO afirmar.

- A) A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS somente é calculada pelo sistema não-cumulativo, com percentual fixo incidente sobre o faturamento, não se admitindo redução de base de cálculo.
- B) É sempre vantagem calcular o Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica-IRPJ pelo lucro presumido, quando se tem uma alíquota fixa.
- C) É sempre vantagem calcular a Contribuição Social sobre o Lucro-CSL pelo lucro real, quando se tem uma alíquota fixa.
- D) É impossível se fazer a estimativa do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica-IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro-CSL para uma determinada obra, por dependerem do desempenho financeiro da empresa como um todo.
- E) Todas as assertivas são falsas.

18. Em relação à Curva ABC, é INCORRETO afirmar.

- A) A participação relativa dos diversos insumos no custo total de uma obra é corriqueiramente representada na curva ABC.
- B) A representação gráfica da curva ABC é feita no plano cartesiano: na abscissa, o número de itens especificados como insumos; na ordenada, a participação acumulada em porcentagem.
- C) Um dos objetivos da utilização da curva ABC é o de determinar o grupo de itens mais significativos financeiramente.
- D) A classificação ABC permite concluir quais os insumos de um empreendimento devem ser melhor controlados.
- E) As curvas ABC, quando traçadas em unidade de tempo, demonstram a participação percentual de cada componente de custo, de forma decrescente, no custo total da obra.

19. Um catálogo de fabricante de tintas fornece os seguintes rendimentos por galão (de 3,6 litros) para tinta látex PVA:

<i>36 m² para a 1ª demão aplicada diretamente sobre emboço; 48 m² para a 2ª demão, sobre a anterior.</i>
--

Calcule a menor quantidade a ser comprada, utilizando-se latões de 18 litros, para pintar uma superfície de 1000 m² de revestimento em emboço.

- A) 9 latões.
- B) 10 latões.
- C) 11 latões.
- D) 12 latões.
- E) Não há dados suficientes para o cálculo.

20. Os custos unitários de construção (denominados de CUB) são divulgados pelos Sindicatos da Indústria da Construção Civil, em cada estado federado e no Distrito Federal, em cumprimento ao artigo 54, da Lei 4.591/1964. NÃO é correto afirmar que

- A) o CUB indica o custo médio, por área, de uma edificação, de acordo com características definidas.
- B) os preços dos insumos, que constituem uma “cesta básica”, são pesquisados mensalmente.
- C) a divulgação do CUB ocorre mensalmente.
- D) a evolução do CUB, face às limitações previstas em lei, não pode ser utilizada como indicador da evolução do custo da construção.
- E) não são consideradas no cálculo do CUB as fundações especiais.